



DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE EM PLANEJAMENTOS MUNICIPAIS: UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES E DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Edemar Rotta¹

Ivann Carlos Lago²

Marcos José Hensel³

O texto apresenta resultados de pesquisa desenvolvida na região das Missões e da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tendo como foco a análise da relação entre desenvolvimento e meio ambiente nos Planos Plurianuais municipais elaborados para o período de 2010 a 2013. As concepções de desenvolvimento presentes no imaginário coletivo da população e/ou veiculadas nos espaços institucionais e de organização dos grupos sociais acabam por transformar-se em referência para a elaboração de políticas públicas e privadas que orientam a ação dos indivíduos, dos grupos e das instituições. Estudar essas concepções é condição fundamental, portanto, para compreender como as sociedades locais se organizam e projetam seu futuro. Neste estudo trabalhou-se com oito municípios, sendo quatro de cada região, a partir de critérios de representatividade do cenário regional. Os planos foram coletados e analisados a partir dos pressupostos do método dialético e da análise documental e de conteúdo. A pesquisa evidenciou que: as duas regiões apresentam diferenças significativas em termos de constituição histórica, matriz produtiva e organização social; que as desigualdades intraregionais são expressivas e a organização dos atores públicos e privados com vistas à elaboração e implantação de políticas articuladas de desenvolvimento tem se manifestado bastante frágeis; que a ideia de desenvolvimento a partir da perspectiva regional tem se afirmado como parâmetro de planejamento nos municípios pesquisados. Percebeu-se que a questão ambiental perpassa os debates sobre a elaboração dos planejamentos municipais, porém as propostas se reduzem a ações pontuais, pouco articuladas e voltadas para mitigar impactos gerados pelo processo produtivo e de ocupação dos espaços rurais e urbanos. Entre as áreas prioritárias para investimentos estão a educação básica, a saúde, as condições de domicílio e saneamento, consolidando a ideia de que são direitos fundamentais dos cidadãos e devem ser garantidos pelo Estado. A audiência pública foi a forma predominante de envolvimento da população na elaboração dos planejamentos nos oito municípios, caracterizando este, como espaço privilegiado de diálogo com a sociedade civil organizada e com a população em geral. Mesmo as audiências tendo ampla divulgação, constatou-se pequena participação nas mesmas, pelo evidenciado nas listas de assinaturas. Foi possível perceber que as principais ferramentas da gestão municipal (PPA, LDO e LOA) não são tratadas como instrumentos efetivos de gestão

¹ Doutor em Serviço Social. Mestre em Sociologia. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Coordenador da Pesquisa.

² Mestre e Doutor em Sociologia Política. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

³ Acadêmico do curso de Agronomia. Bolsista. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

e participação da sociedade, permanecendo muito mais como “obrigações” para cumprir legislação federal a fim de que o município se habilite a receber recursos, do que como conquistas da sociedade no sentido de garantir a democratização e a descentralização do planejamento.

Palavras-Chave: Desenvolvimento regional, Questão ambiental, Planos Plurianuais, Participação social.